

RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO CEARÁ: CONTRIBUIÇÕES SOCIOLÓGICAS À EDUCAÇÃO¹

Nico Augusto Có – Unilab/CE²
Ivan Costa Lima – Unilab/CE³

RESUMO

Na pesquisa investiga-se as dinâmicas sociais e políticas das religiões de matriz africana no Ceará, em face não apenas de sua relação com o sagrado, mas como guardiães do patrimônio civilizatório de africanos no Brasil. Este debate torna-se relevante, na medida em que, se apresenta no tecido social como uma temática complexa pela falta de conhecimentos e apropriação de suas bases epistemológicas, conforme teoriza os clássicos da sociologia como Durkheim e Weber, e no Brasil os aportes da sociologia da religião. A partir de uma base sociológica pretende-se problematizar o imaginário construído sobre a população negra no estado, questionando sua invisibilidade e a falta de uma reflexão crítica sobre a cultura afro cearense. Reconstitui-se os elementos que configuram suas formas organizativas, os valores civilizatórios produzidos pela população negra, para que o conhecimento desta cultura possa subsidiar a sociedade diminuindo a discriminação e a intolerância religiosa. Para tanto, para alcançar este conhecimento metodologicamente utiliza-se da pesquisa participante e da história oral) para captar as dinâmicas utilizadas por estes sujeitos, através do registro da participação social dentro e fora das comunidades de terreiros. Espera-se construir conhecimentos, que contribuam em dar visibilidade a população negra neste estado, subsidiando a universidade e a sociedade abrangente com suas histórias e formas de agir e pensar sobre as relações raciais dentro da Educação brasileira.

Palavras-chave: Religiões de matriz africana; População negra no Ceará; Negro e Educação.

Abstract

This research investigates the social and political dynamics of religions with African origins in Ceará, not only because of their relationship with the sacred, but as guardians of the civilizing heritage of Africans in Brazil. This debate becomes relevant as it presents itself in the social fabric as a complex theme due to the lack of knowledge and appropriation of its epistemological bases, as theorized by sociology classics such as Durkheim and Weber, and in Brazil the contributions of sociology of religion. From a sociological basis we intend to problematize the imaginary built on the black population in the state, questioning their invisibility and the lack of a critical reflection on Afro Ceará culture. The elements that shape their organizational forms are reconstituted, the civilizing values produced by the black population, so that knowledge of this culture can subsidize society, reducing discrimination and religious intolerance. Therefore, to reach this knowledge methodologically it is used participant research and oral history) to capture the dynamics used by these subjects, through the registration of social participation inside and outside the communities of terreiros. It is expected to build knowledge that contribute to giving visibility to the black population in this state, subsidizing the university and the broader society with their histories and ways of acting and thinking about race relations within Brazilian education.

Keywords: African matrix religions; Black population in Ceará; Negro and Education.

¹ Artigo apresentado no VI Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica “Ensino de Sociologia como conquista: dez anos de resistências”, de 6 A 8 de julho, 2019 - Universidade Federal De Santa Catarina (UFSC). No GT11 - Relações afroindígenas e o ensino de ciências sociais no Brasil. Link: <https://www.eneseb2019.sinteseeventos.com.br/interna/view>. Como requisito para conclusão de curso.

² Estudante do curso de graduação em Sociologia, Bacharel em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Bolsista Pibic/Unilab – 2016.

³ Professor orientador do curso de Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)/Ceará. E-mail: dofonosc@gmail.com.

Introdução

O estudo integra a trajetória de ensino, pesquisa e extensão dentro da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab/CE. Universidade federal com sede no estado do Ceará e na Bahia, que tem como um dos seus objetivos a integração com os países de língua portuguesa dos países africanos e do Timor Leste.

A pesquisa foi desenvolvida como parte do projeto de iniciação científica no âmbito do Programa de Bolsa à Iniciação Científica (Pibic), desenvolvida na Unilab⁴ e complementada como trabalho de conclusão para o cumprimento do requisito básico para a obtenção do grau de licenciatura em Sociologia.

O estudo buscou compreender as religiões de matriz africana como um contínuo com o continente africano, e, portanto, detentoras de valores civilizatórios que expressam sua importância para a sociedade como um todo. Por outro lado, afirmou-se a necessidade dessas religiões ocuparem espaços públicos e de controle social como detentora de um patrimônio material e simbólico. Com isso, ampliam-se os saberes que deveriam estar presentes no debate educacional como estratégia de combate ao racismo no Brasil. Essa consideração torna-se relevante na medida em que se apresenta na realidade educacional como uma temática complexa, em função da difusão de valores e práticas que levam em consideração apenas a base ocidental, considerada como universal.

Assim, a partir dessas problemáticas, ampliam-se os caminhos traçados para a implementação de igualdade racial, em especial nos espaços educativos, tanto por força de uma legislação, como também para deslocar o controle imposto por uma educação de base eurocêntrica – tendo em vista que a escola oferece resistência para o diálogo das práticas culturais e civilizatórias expressas pelas religiões de matriz africana.

O estudo foi orientado tendo como base metodológica a pesquisa afrodescendente (CUNHA JR., 2006), cuja principal característica se revela na

⁴ Edital Pibic/CNPq/Unilab 04/2016. Título: Religiões de matriz africana no Ceará: contribuições para implementação da Lei 10.639/03. Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global, dentro da linha de pesquisa “Pedagogias das Relações Étnico-Raciais: territórios, religiosidades e intelectualidades”, credenciado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

relação colaborativa com os sujeitos a serem pesquisados de maneira integrada. Por outro lado, foram usados os aportes da história oral (MEIHY, 2013) como instrumento capaz de dar centralidade às subjetividades, trajetórias e memórias daqueles que vivenciam as relações conflituosas – neste caso, em face das discriminações que recaem sobre as religiões de matriz africana e o exercício de ocupar os espaços públicos como manifestação política sobre a violência. De posse desses debates, desafiamos a sociedade e a educação brasileira em compreender os conceitos mais amplos sobre essas religiões, como forma de entendê-las como uma realidade de base ética, civilizatória e cultural.

Aportes sociológicos no debate da educação e religião

A sociologia, em diferentes momentos de seu desenvolvimento teórico e metodológico, traz estudos que fundamentam dois aspectos importantes para nossa reflexão: a educação e a religião. Tendo em vista, serem dimensões mais profundas da ação humana em sociedade.

Nessa relação educação e sociedade tem-se a concepção de Durkheim (1858-1917), que discute haver uma imposição por parte da sociedade sobre a ação dos indivíduos, que ele denomina de fatos sociais, ou seja, elementos constitutivos no comportamento, atitudes e ideias presentes no tecido social, que moldam sua ação, que pode ser observado na instituição escola. Diferentemente da concepção anterior, Weber (1864-1920) entende a ação do indivíduo como um pressuposto básico para a ação social, ou seja, sua forma de agir é independente, mas está ligada às interações com os outros sujeitos e regras sociais (OLIVEIRA; COSTA, 2016), aqui a educação deve promover a análise das ações cotidianas. Tais formulações são importantes de serem compreendidas. No entanto, outras dimensões precisam ser colocadas neste debate, em especial as dimensões de raça, gênero, ambiente, entre outros temas emergentes na contemporaneidade, que se entrecruzam com o advento da sociedade capitalista.

Assim, abre-se um diálogo de forma a superar concepções estreitas sobre esses temas que estão circulando no tecido social pelo fato de que

A sociologia, além de estudar relações sociais e os comportamentos dos indivíduos e dos grupos sociais, questiona o porquê da existência de conflitos entre os grupos, as razões de indivíduos e grupos quando tentam quebrar as regras de funcionamento das sociedades (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 11).

Nesta concepção sociológica, a realidade deve ser pensada, compreendida, no sentido de se ampliar a nossa visão de mundo, tornando-nos mais críticos em função da violência e da barbárie protagonizadas por aqueles que agem com preconceito e discriminação de toda forma.

Com isso o trato com a sociologia das religiões contribui para o entendimento do papel da religiosidade tem na formação das ideias dos indivíduos e os efeitos sociais deste pertencimento. Para tanto, dialogamos com alguns clássicos que nos ajudam na compreensão de como a religiosidade influencia na tomada de decisões.

Assim, retomamos inicialmente as concepções de Durkheim onde a religião seria uma das fontes na criação de regras de comportamento entre os sujeitos garantindo a harmonia social “a religião é das fontes onde se criam regras de comportamentos, normas e garantias de harmonia entre os homens” (COSTA; OLIVEIRA, 2016, p. 306).

Para Weber a religião é um fenômeno que influencia o comportamento político, administrativo e econômico, desta forma para ele a “ética protestante, o trabalho passa a ser visto como êxito da vida mundana, expressões das bênçãos divinas” (COSTA; OLIVEIRA, p. 307), significa considerar o fenômeno religioso como impacto histórico no aparecimento do capitalismo.

Assim, compreende-se que a dimensão religiosa inspirada por tais aportes mostra que se faz necessário contextualizar a história brasileira onde a realidade está ligada a uma interpretação da subjetividade das relações humanas, onde a educação e a religião assumem papel na influência do comportamento político, econômico e moral (COSTA,2017, p. 40)

Na contemporaneidade, essas abordagens colocam novos desafios à sociedade e à educação, no sentido de se incorporar outros e novos elementos que dão complexidade às bases sociais, políticas, econômicas e ambientais. Essas novas dimensões buscam superar os paradigmas da modernidade, marcando novos horizontes pelo compromisso com a vida, com a ética, os

direitos humanos, as relações raciais, étnicas e de gêneros na busca de convivência respeitosa entre os diferentes.

Para nossa reflexão, é necessário situar que estamos discutindo relações raciais, as quais têm como sentido social e político uma complexa relação perpetrada na realidade entre negros e brancos no Brasil – “neste contexto, podemos compreender que a identificação de raças é, na realidade, uma construção social, política e cultural produzida no interior das relações sociais e de poder ao longo do processo histórico” (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 176). Esse debate é importante para ampliar nosso olhar sobre a violência que se expressa sobre as religiões de matriz africana, por serem elas oriundas do continente africano.

Assim, no contexto histórico e cultural das religiões de matriz africana no Brasil fazemos menção ao trabalho de Roger Bastide, intelectual francês que estudou o candomblé no Brasil na década de 70 do século XX, fruto de financiamento pela Unesco. Com relação as religiões de base africana este autor afirma conforme anota Costa (2017, p. 86) que:

A questão torna-se mais complexa segundo o autor, pois o negro e suas religiões, além de sofrerem com a influência das variações da estrutura social, sofrerão também com a pressão cultural do europeu branco, católico, bem como pela política do Estado português e da Igreja Católica Romana.

Essa dimensão, identifica os desafios aos valores culturais africanos e amplia a compreensão da sociedade e da educação como foco de importantes análises, recolocando os fenômenos sociais em outros termos na atualidade.

Dentro disso, as religiões de matriz africana têm sido alvos dessa ruptura. Discutimos aqui a necessidade de entender essa relação de modo mais amplo, pois enfrentamos uma tentativa de apagamento de práticas ancestrais – no entanto, as comunidades de terreiros cumprem um importante papel como detentoras do patrimônio civilizatório dos descendentes de africanos no Brasil, como lugares de sujeitos portadores de direitos e de importância social com toda sua produção histórica, material e simbólica.

Dinâmicas civilizatórias das religiões de matriz africana: desafios à sociedade e à escola

Desde o advento da modificação das Leis e Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seus artigos 26A e 26B, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos sistemas de ensino público e privado, percebe-se uma maior preocupação com esse debate nas escolas, sobretudo do ensino fundamental.

A legislação federal é ampla e focaliza a necessidade de um mergulho em dimensões históricas, sociais, antropológicas sobre a população negra para o conjunto da sociedade. Significa dizer que “[n]o caso da escola pública, é importante destacar que não se trata de negar seu caráter laico, mas, sim, de pautar a questão da religiosidade de matrizes africanas de forma ética, entendendo-a como uma dimensão da experiência humana e do sagrado que emerge das relações entre os sujeitos sociais” (GOMES, 2015, p. 12).

No entanto, no vasto universo multidisciplinar a que se destina, observam-se constantes desafios para discutir uma dimensão específica, as religiões de matriz africana, por conta de um olhar redutor de seu significado como reveladora de um universo filosófico, cultural e civilizatório.

Isso significa dizer que toda a riqueza cultural da cosmovisão africana – a concepção circular do tempo, a reverência aos ancestrais, a existência coletiva [...] entre tantos outros ensinamentos cultivados, preservados e transmitidos de geração em geração – é relegada a um não-lugar, social, científico e pedagógico, (re)produzindo os processos de colonialidade e monoculturalidade na cultura escolar (CECCHETTI, 2015, p. 15, grifos nossos).

De fato, a cosmovisão de base africana tem sido reduzida à mera contribuição cultural trazida para o Brasil. No entanto, nela está a base de constituição de parte significativa de nossa ancestralidade e identidade. Sobre isso, Gomes (2012) é bastante enfática, apontando que ser negro é tornar-se negro e que o conhecimento dessas questões pode nos ajudar a superar o medo e/ou desprezo das diferenças raciais ainda presentes na escola e na sociedade. Entender essa complexidade é uma tarefa dos/as profissionais da educação. É tarefa de uma escola que se quer cidadã e, por isso mesmo, não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática.

Dentro dessa concepção, deve-se afirmar a importância em se conhecer as religiões de matriz africana, para além de sua liturgia, mas como espaços detentores de uma tradição ancestral, como possibilidade de introduzir seus saberes numa rede educativa que se articula com um legado africano.

No entanto, também se evidenciam enormes dificuldades em se lidar com um aspecto essencial dessa tradição cultural, que são as religiões de matriz africana, por conta de diferentes argumentos. Como pontua Santos (2015, p. 61), para ele há pelo menos três pressupostos básicos no debate sobre a intolerância no espaço escolar: “O primeiro é o de que a educação escolar constitui-se em espaço e tempo de formação de identidades socioculturais, de reprodução e enfrentamento de preconceitos e também de formas correlatas de intolerância”, indicando seu papel contraditório ao lidar com esse tema.

O segundo pressuposto “é o de que, em vários segmentos da sociedade brasileira, encontram-se atitudes de preconceitos e de intolerância com relação aos adeptos e às religiões de matrizes africanas”, elementos que se vinculam ao debate de que a educação é atravessada por injunções sociais e políticas.

Por fim, o terceiro pressuposto “é o de que a hegemonia das religiões de matriz judaico-cristã, a discriminação racial e a satanização de entidades espirituais produzem uma invisibilidade das religiões de matrizes africanas pelas políticas educacionais [...]” – elementos que contribuem para o desinteresse de educadores(as) sobre as práticas vivenciadas pelos sujeitos que frequentam a sala de aula. Assim, deixam de compreender que essas vivências são produções da humanidade como quaisquer outras e que afetam a relação entre as pessoas e delas com o mundo.

Como dinâmicas próprias na compreensão foram constituídas num contexto histórico, político e social específicos “não há como considerar uma expressão cultural superior ou inferior, melhor ou pior do que a outra, o mesmo se aplica à religiosidade” (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 140). No caso das religiões de matriz africana, houve e há um enfrentamento contra o racismo, por conta de um contexto de dominação e opressão que obrigou uma ressignificação de processos civilizatório para se fazer frente à dominação político-cultural.

Com isso, as comunidades de terreiros, nas suas práticas históricas, sociais e culturais, se afirmam sujeitos dotados de saberes próprios, e nelas há processos de aprendizagem e outros que incluem formação, conscientização política, cultural e resistência ao modelo educacional hegemônico que funda a instituição escolar. Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral: “Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África” (HAMPATE BÁ, 2009, p. 167).

Nesse caso, como possibilidade para superar os problemas de enfrentamento nos espaços educativos sobre os aspectos socioculturais de matriz africana, acreditamos ser necessário retomar os valores civilizatórios como um contínuo africano no Brasil, e que se faz presentes em diferentes formas de estruturação da cultura afro-brasileira, como situa Antônio (2015, p. 77):

Há, neste trânsito, transformações e novas sínteses são engendradas. Apesar desse processo de transformação e do advento de sínteses exigidas pelo contexto de luta e sobrevivência, existe um contínuo e sistematizado eixo comum, em cujos princípios estruturantes estão confiadas a existência de um sistema religioso e civilizatório.

O autor, portanto, ressalta que a base do sistema religioso configura o processo civilizatório como um legado presente e nas formas de ser e viver à nação no Brasil. Significa, portanto, retomar um debate iniciado pelo pesquisador Fábio Leite (2009, p. 104), ao se referir sobre os valores civilizatórios negro-africanos, indicando que eles compreendem a Força Vital; a Palavra; o Ser Humano; a Socialização; a Morte; a Ancestralidade; a Família; a Produção e o Poder, e que, em sua análise, aparecem nas formas organizativas de várias sociedades e tradições africanas e na diáspora. Para esse autor, é necessário que reconheçamos esse contínuo, pois eles nos ligam à nossa ancestralidade:

Os ancestrais negros-africanos constituem, juntamente com a sociedade e sem dela se separar, um princípio histórico material e concreto capaz de contribuir para a subjetivação da identidade profunda de um dado complexo étnico e de suas formas de ações sociais.

Assim, o conjunto de valores civilizatórios que articula o contínuo com o continente se expressa no Brasil, a partir de diferentes bases que foram trazidas à força no processo de escravização, entre eles a filosofia banto e nagô, entre outras, que vão configurar o espaço de efetivação da tradição ancestral que são as religiões de matriz africana.

Bantu, conforme escreve Munanga (1995-1996, p. 58), refere-se: “[...] que hoje designa uma área geográfica contígua⁵ e um complexo cultural específico dentro da África negra, é uma palavra herdada dos estudos linguísticos ocidentais. Nessa tradição, a filosofia liga-se, entre outras questões, ao fundamento do universo, onde seu valor supremo é a vida e a força que a impulsiona e dela emana. Essa energia vital, nessa tradição, é chamada de *Ngunzo*⁶, pois “o imperativo fundamental da filosofia banto é a afirmação categórica de que **todo ser é força**” (OLIVEIRA, 2003, p. 111, grifos originais). Essa cosmovisão irá constituir no Brasil o chamado Candomblé de Angola, tendo como divindades os *inquices*⁷, centrado na tradição de culto ao ancestral.

Outra importante tradição veio desde a metade do século XIX, tidos como iorubás (e no Brasil também nagôs), de diferentes grupos na atual Nigéria, República do Benin e Togo. Transportados especialmente para a Bahia, contribuíram decisivamente para a implantação da cultura nagô naquele estado, reconstituindo suas instituições e procurando adaptá-las ao novo meio, com o máximo de fidelidade aos padrões básicos de origem – fidelidade essa em parte facilitada pelo intenso comércio que se desenvolveu entre a Bahia e a costa ocidental da África durante todo o século XIX até os primeiros anos que se seguiram à Abolição.

A mitologia dos iorubás é definida por ritos de iniciação aos Orixás, representando ancestrais divinizados vinculados às forças da natureza, “cujo processo atribui senioridade iniciática, na comunidade, no transe místico e no oráculo do jogo de búzios ou Ifá”, como também a presença do Axé⁸. (SANTOS, 2016, p. 44).

⁵ Aqui se refere aos países como Angola, Moçambique chegando a África do Sul entre outros no continente.

⁶ Energia vital que se encontra em todos os seres humanos, segundo a tradição banto

⁷ Representação das divindades dentro da tradição banto

⁸ Na tradição nagô a energia presente em todos os seres humanos que é mobilizado com o culto aos orixás.

Na esteira dessas duas proposições filosóficas e civilizatórias, tem-se a constituição da Umbanda, nascida no Rio de Janeiro no final do século, cuja experiência religiosa remonta à constituição das “vertentes africanas às contribuições do kardecista francês, especialmente a ideia da comunicação com os espíritos dos mortos” (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 142) aglutinando, ainda, a dimensão católica, em especial de dimensão popular e de elementos ameríndios representados pelos caboclos.

A partir desses elementos, busca-se situar a dinâmica civilizatória trazida por essas religiões, bem como os desafios e as perspectivas de uma dura realidade histórica, que inferioriza as práticas ancestrais de base africana e sua busca por liberdade, justiça, reconhecimento perante a sociedade e, em escala maior, a inclusão desses processos civilizatórios como parte dos conteúdos nas escolas.

Nesse sentido, situamos ser as religiões de matriz africana como um lugar onde se reconfiguraram as tradições religiosas trazidas pelos escravizados do continente africano. Nos estudos clássicos, deparamo-nos com um quadro bastante diversificado em função dos elementos que foram sendo recriados por todo o Brasil, assim mantendo vivas as matrizes culturais de origens africanas.

Em geral, nos inúmeros trabalhos existentes, vemos essa denominação dos cultos afro-brasileiros, tais como: Batuque, no Rio Grande do Sul; Macumba, Candomblé, Umbanda, no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; Candomblé, na Bahia; Xangô, Catimbó, Jurema, em Pernambuco, Alagoas e Sergipe; Tambor de Mina, Tambor de Mata, Mina, no Maranhão e Pará (PRANDI, 1991; CAPUTO, 2012). As religiões de matriz africana, por sua relação sistemática com as coisas do mundo de forma mágica e ritualizada, trazem enfrentamentos, no entanto:

A relação com o mundo que podemos chamar de mágico pode ser considerada como um universal do humano. Todos os grupos sociais, em diferentes épocas e espaços, constroem formas de se relacionar com o mundo desconhecido, na busca de caminhos e explicações que lhes ajudem a entender o enigma da vida e da morte, o sentido de ser e estar no mundo (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 139)

Com essas configurações, observa-se que os representantes das religiões de matriz africana vêm ocupando os espaços públicos, a fim de se contrapor ao racismo, que gera intolerância e a falta de conhecimentos sobre suas práticas históricas e ancestrais. Assim, estamos trazendo a noção de que saberes são necessários para superar o desconhecimento dos processos civilizatórios dos africanos e seus descendentes.

Dessa forma, o vasto repertório de códigos socioculturais e educativos da população negra, no Brasil, ainda são poucos pesquisados no campo da Educação. Para compreender e conhecer as dinâmicas dessas práticas, é necessário superar as ausências históricas, reconhecendo dinâmicas diferenciadas em suas formas de ocupação, pois

[...] existem códigos socioculturais que reinstauram linguagens e símbolos da religiosidade africana. Há também trocas comunitárias que partilham saberes, experiências de vida e axé (força vital), nos processos de iniciação, na sacralização de seres dos reinos vegetais, minerais e animais, nas festas e nos rituais fúnebres. Tais experiências constituem-se em formas diferenciadas de estabelecer e compreender a relação entre cultura e natureza (SANTOS, 2011, p. 6).

Nesse sentido, a educação para as relações étnico-raciais propõe um espaço de práticas de cidadania e respeito ao outro, direcionando o desafio da superação da marcante desigualdade social que existe entre negros e brancos, no caso brasileiro. Isso implica que a comunidade antes excluída tem o dever de se manifestar e lutar por seus direitos e deveres, em prol de uma educação de fato inclusiva e democrática.

Religiões de matriz africano no Ceará: dimensões política e educativa

No Ceará, evidencia-se a existência de um leque consistente de pesquisas sendo executadas no âmbito da pós-graduação no estado do Ceará, com especial atenção ao Programa de Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), notadamente na linha de pesquisa em Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola. Nela se encontram, entre outros, o eixo de “Sociopoética, cultura e relações étnicorraciais”, onde se observa a atuação

do Núcleo de Africanidades Cearenses (NACE),⁹ que acumula significativos trabalhos de mestrado e doutorado sobre a cultura cearense e sua relação com a religiosidade. Nesse âmbito, evidencia-se o desenvolvimento de uma base pedagógica denominada pretagogia, que pretende ser um instrumento de intervenção educacional (PETIT; SILVA, 2012).

Para este artigo, exemplifico um estudo daquela linha de pesquisa, que demonstram a importância de se ampliar para o campo educacional a temática em tela. Sendo assim, na tese de doutorado de Domingos (2015), intitulada “Religiões tradicionais de base africana no Cariri cearense: educação, filosofia e movimento social”, tem-se uma abordagem das religiões de matriz africana como o lugar de produção de conhecimentos filosóficos e educacionais, além de sua importância na ocupação de espaço público, como as caminhadas pela liberdade religiosa, dando visibilidade à forma de organização dessa religiosidade no Cariri cearense, cuja tradição tem se constituído de base católica.

Por outro lado, a Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), que se encontra na cidade de Redenção-CE e São Francisco do Conde-BA, tem despontado como alternativa epistemológica, teórico-metodológica para este debate, em especial a constituição do curso de Pedagogia, que em seu projeto pedagógico assume uma inspiração afrocentrada.¹⁰ Assim, entre outros componentes curriculares, tem-se dado ênfase às religiões de matriz africana, destacando-as como valores civilizatórios que impactam o conjunto das culturas constituídas no Brasil. Nesse sentido, discussões têm sido abertas, nas quais os integrantes dessas religiões têm espaço para discuti-las.

Para ampliar o conhecimento do tema em tela no estado do Ceará, irá se buscar a possibilidade de sistematização das lembranças, a partir dos registros da oralidade (MATOS; SENNA, 2015) daqueles sujeitos que

⁹ Em seu blog encontramos que o Núcleo das Africanidades Cearenses (Nace) é um projeto de extensão vinculado à Faced-UFC e parte da rede de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), possuindo como objetivo a investigação, discussão, produção e divulgação de trabalhos sobre a história, cultura e participação da população negra, tendo como eixo a cosmovisão africana de seus descendentes na diáspora.

¹⁰ Afrocentrismo é entendido como uma proposta que traz os conhecimentos de base africana e da diáspora para o centro do debate, assim como critica o etnocentrismo ocidental e propugna a possibilidade de diálogo entre os conhecimentos produzidos em outras perspectivas (NASCIMENTO, 2009, p. 31).

constituem essa prática cultural, como continuidade desta pesquisa. As primeiras informações coletadas denotam uma preocupação das religiões de matriz africana atuando nos espaços públicos e de controle social, como se verá em seguida.

A partir disso, consideramos de fundamental importância indicar a organização das religiões de matriz africana, que, com sua participação, constroem um espaço de atuação política no Ceará, bem como atentar para essa participação nos espaços universitários como a Unilab, por força do curso de Pedagogia e nos espaços de controle social na cidade de Fortaleza/CE.

Assim, Fortaleza, capital do estado do Ceará, apresenta, segundo os dados do IBGE (2010), cerca de 2.452.185 habitantes, com a seguinte configuração em termos de raça e etnia: declarados brancos, tem-se 36,78%; pardos são 57,23%; pretos, 4,52%; declarados amarelos, 1,35%; e índios, 0,13% do total da população.

Em termos de pertencimento religioso, não dispomos neste momento de dados da capital. No entanto, pode-se fazer uma projeção a partir dos dados do estado do Ceará, os quais apontam a existência de 17.248 pessoas que se declaram pertencentes a umbanda, candomblé e outras religiões afro-brasileiras. Em Fortaleza, a religião Católica Apostólica Romana corresponde a 67,9% da população residente, totalizando 1.664.521 pessoas, em 2010. As religiões evangélicas vêm em segundo lugar, com 21,3% (523.456 pessoas) da população residente se identificando como pertencente a essas religiões, seguida da população residente que se identifica como sem religião (6,6% ou 162.985 pessoas), espírita (1,3% ou 31.691 pessoas) e testemunhas de Jeová (0,7% ou 17.518 pessoas). As demais religiões correspondem a 2,1% (52.016 pessoas) da população residente no município (NESP, 2016).

Evidentemente, por conta de um forte desconhecimento e negação histórica da história e da cultura de base africana no estado, os números evidenciam o desafio de maiores estudos quanto ao pertencimento afro-religioso. No entanto, apesar disso podem-se vislumbrar, em diferentes regiões e bairros da capital cearense, marcas de uma dinâmica cultural assentada nas religiões de matriz africana, em especial candomblé e umbanda:

Instalados principalmente na periferia desta grande metrópole, em bairros como Canindezinho, Cambeba, Bom Jardim, Barra do Ceará, Messejana, Novo Maracanaú, Planalto Cidade Nova, Maracanaú, Maranguape, Caucaia, entre outros, esses terreiros revelam, em seus circuitos, a organização e reorganização de modos de viver nestes bairros e cidades da grande Fortaleza. Nessas periferias, habitadas por grande parcela da população negra e afrodescendente, estes grupos sociais elaboram e reelaboram estratégias de sobrevivência e de superação de suas dificuldades cotidianas, construindo redes de relações, articulando-se em práticas comunitárias (BANDEIRA, 2011, p. 8).

Tais práticas comunitárias estão alicerçadas pelas formas de apropriação de ser no mundo próprias de uma dinâmica cultural, que se coloca como complexa e que leva em consideração a tradição ancestral de base africana, a qual de certa forma se recria e recria para a sua perpetuação.

Ao mesmo tempo, essas religiões buscam na atualidade ampliar sua participação na vida ativa, sobre como se dá a tomada de decisão por parte do poder público local ou nacional com relação às políticas públicas destinadas a essa categoria, e da organização que se faz necessária à população negra como um todo, como é da participação das religiões de matriz africana no espaço público, como a Coordenadoria Especial de Igualdade Racial do Estado do Ceará (Ceppir). Essa instituição foi criada em 1998, e tem como propósito articular entre as diversas secretarias políticas necessárias a efetivação das relações étnicorraciais no estado do Ceará. Atualmente, para ampliar o controle social da sociedade civil, constitui-se em julho de 2016 o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Coepir) como instrumento consultivo e deliberativo sobre essas políticas.

Para esse momento, chamamos atenção para o fato de que em sua composição, que é de entidades governamentais e de outras não governamentais, das 13 organizações habilitadas, pelo menos cinco delas têm como representação elementos que são das diferentes denominações de matriz africana, como podemos verificar na relação a seguir: Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (Acbantu); Associação Afro-Brasileira de Cultura Alagba; Associação Cultural Afro-Brasileiro Pai Luiz de Aruanda (ACPLA); Centro Espírita Universalista Reis Tupinambá (Ceurt); Instituto Nacional Afro Origem (Inao).

Discute-se que, de certa forma, elas colocam em evidência as diferentes formas associativas tomadas pelas representações da cultura religiosa no

estado do Ceará, em especial de matriz africana e da umbanda. Isso denota a necessidade de essas práticas religiosas perceberem a ocupação de tais espaços como possibilidades de ampliar o debate sobre os problemas enfrentados por essas religiões.

Essa preocupação se faz presente no cotidiano cearense, quando as religiões, em diferentes momentos, buscam ocupar outros espaços públicos, como as ruas, para reivindicar direito e respeito a suas tradições, como é o caso das marchas contra a intolerância ocorridas em Fortaleza e no Cariri. Dessa forma, deixam evidente a necessidade de discussão e participação nas políticas.

Em Fortaleza, de forma emblemática, temos dois momentos dessa visibilidade via espaços públicos: um deles é a manifestação das religiões contra a intolerância ocorrida no Centro Cultural Dragão do Mar, que contou com representações do candomblé *ketu*, angola e de umbandista, que cantaram e dançaram, chamando a atenção para o debate sobre o avanço da violência física e simbólica contra os terreiros.

O segundo, por iniciativa do terreiro *Ilê Axé Omo Tifé*, de nação *ketu*, promoveu, em parceria com outras organizações sociais, a lavagem das escadarias da Assembleia Legislativa do Ceará, em julho de 2016. A ação se caracterizou como forma de protesto ao processo de impedimento da presidenta eleita, acompanhado da intensificação das violações de direitos das comunidades tradicionais de terreiro,

Este evento teve como ponto central de referência a ancestralidade e a necessidade da luta comunitária na defesa do povo de orixá que busca construir seus processos de autonomia no fortalecimento de rodas de conversas comunitárias e na resistência dos movimentos sociais. Na roda, foram relatadas vários conflitos, denúncias, iniciativas de resistência, memória e coletividade. A Iyalorixá Valéria de Logun Edé, conta:

Na verdade, eu busco incessantemente compreender meu ofício como Iyalorixá atrelado à perspectiva de cerrar abraços com os irmãos de tantas lutas, tantas dores e sedentos de sorrisos livres. Conclui serena e sem arroubos: ser quem eu sou é condição de resistência. As agruras relatadas no Ijexá pela Democracia por mulheres de luta, por meninos negros que pelejam por liberdade, por professores e mestres impedidos do livre exercício de pensar em suas salas de aula, a dor pungente dos terreiros irmãos do Omo

Tifé... Ah! eu as sinto em minha epiderme de alma, na ponta do meu Ori... Não serão as nossas lágrimas que lavarão aquelas escadas... Serão águas de cheiro! Nosso povo produz amor! Nosso povo tem mão fértil. Não se deve esquecer, bem sei, que Oyá estará lá (OPOVO, 2016).

Evidencia-se nessa fala contundente o protagonismo das religiões na ocupação dos espaços públicos, como forma de fazer valer suas reivindicações. Por fim, pode-se afirmar haver, por parte das religiões de matriz africana, um exercício de reflexão voltado para a sociedade como um todo, provavelmente pela percepção de que atuar exclusivamente nos espaços próprios de celebração à ancestralidade africana não garante a salvaguarda trazida pelo racismo e pelas discriminações que ainda recaem sobre essas práticas.

Considerações finais

O estudos aponta que a educação para as relações étnico-raciais propõe um espaço de práticas de cidadania e respeito ao outro, direcionando o desafio da superação da marcante desigualdade social que existe entre negros e brancos no caso brasileiro, e em especial, sobre as religiões de matriz africana, que sofrem com uma das dimensões do racismo, a intolerância religiosa. Discute-se que, a participação pública coloca em evidência as diferentes formas associativas tomadas pelas representações da cultura religiosa no estado do Ceará. Isto denota a percepção destas práticas religiosas, de que a ocupação de tais espaços, podem ser possibilidades em ampliar o debate sobre os problemas enfrentados por estas religiões.

O debate travado traz para a sociedade brasileira o desafio de reconhecimento das religiões de matriz africana em suas bases social, política e civilizatória, dado que essas religiões pensam a totalidade do ser humano e sua relação como o mundo visível e invisível. A elas cabe à procura do equilíbrio e da renovação da força vital para alcançar os aspectos concretos da vida. Com isso, os ideais de solidariedade e de partilha se fazem presente num tempo de desencanto com o mundo moderno.

Referências

ANTÔNIO, Carlindo F. Descolonização do currículo escolar. In: SILVA, Geranilde; LIMA, Ivan; MEIJER, Rebeca. *Abordagens políticas, históricas e pedagógicas de igualdade racial no ambiente escolar*. Redenção: Unilab, 2015.

ARAÚJO, S. S. *A arquitetura iconográfica dos altares dos terreiros de umbanda em Caucaia e Fortaleza no Ceará: uma prática arte educadora multicultural*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2015.

BANDEIRA, Luís Cláudio Cardoso. Africanidades e diásporas religiosas: o candomblé no Ceará. *Revista Historiar*, Sobral, Universidade Estadual Vale do Acaraú, v. 4. n. 4, jan./jun. 2011.

CAPUTO, Stella G. *Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com crianças de candomblé*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CECHETTI, Élcio. Prefácio. In: FERNANDES, Ana P. C.; ROBERTO, Joanna de L.; OLIVEIRA, Luiz F. (Org.). *Educação e axé: uma perspectiva intercultural na educação*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2015.

COSTA, Renilda A. *Batuque: espaço e práticas de reconhecimento da identidade étnico-racial*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Conceitos e conteúdos nas culturas africanas e afrodescendentes. In: COSTA, Sylvio G.; PEREIRA, Sonia. *Movimentos Sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade*. Fortaleza: UFC, 2006.

CUNHA JÚNIOR, H.; SILVA, Joselina da.; NUNES, Cícera (Org.). *Artefatos da cultura negra no Ceará*. Fortaleza: UFC, 2011.

DOMINGOS, R. F. *Religiões tradicionais de base africana no Cariri cearense: educação, filosofia e movimento social*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.

FERNANDES, Ana P. C.; ROBERTO, Joanna de L.; OLIVEIRA, Luiz F. (Org.). *Educação e axé: uma perspectiva intercultural na educação*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2015.

FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. *Revista Calundu*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2017.

GOMES, Nilma L. (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HAMPATÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática/Unesco, 2015.

KRUPPA, Sonia. *Sociologia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

LEITE, Fábio. Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas. *África*, USP, São Paulo, n. 18-19, p. 103-118, 1995-1996.

LIMA, Ivan Costa; VILLACORTA, Gisela. Dossiê religiões de matriz africana em Marabá-PA. *N'umbuntu em revista*, Fortaleza, Imprece, ano 1, n. 1, 2014.

LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiæ*, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MEIHY, José C. Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2002.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma L. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

NESP. *Perfil do município de Fortaleza-CE: análise do acesso e da qualidade da Atenção Integral à Saúde da população LGBT no Sistema Único de Saúde*. Disponível em:

www.nesp.unb.br/saudelgbt/images/arquivos/Perfil_Fortaleza.pdf . Acesso em: 1º abr. 2017.

OLIVEIRA, David E. *Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*. Fortaleza: LCR, 2003.

OLIVEIRA, Luiz F.; COSTA, Ricardo C. R. *Sociologia para jovens do século XXI (Manual do professor)*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

OLIVEIRA Luiz F.; RODRIGUES, Marcelino E. A cruz, o ogó e o oxê: religiosidades e racismo epistêmico na educação carioca. In: FERNANDES, Ana P. C.; ROBERTO, Joanna de L.; OLIVEIRA, Luiz F. (Org.). *Educação e axé: uma perspectiva intercultural na educação*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2015.

O Povo. CASA de candomblé promove lavagem das escadarias da AL-CE., 5 jul. 2016. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/politica/2016/07/05/noticiaspolicas,3632203/casa-de-candomble-promove-lavagem-das-escadarias-da-al-ce.shtml>. Acesso em: 11 nov. 2016.

PETIT, Sandra H.; SILVA, Geranilde C. (Org.). *Memórias do baobá*. Fortaleza: UFC, 2012.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SAMPAIO, Giselda; ANDRADE, Marcelo. *Intolerância religiosa nos espaços escolares*. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2009/relatorio/ctch/edu/giselda.pdf. Acesso em: 19 out. 2017.

SANTOS, Erisvaldo P. do. *A formação de professores e religiões de matrizes africanas: um diálogo necessário*. Belo Horizonte: Nandyala, 2015.

ANEXO

- Certificado de apresentação

VI Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica

Ensino de Sociologia como Conquista: Dez Anos de Resistências

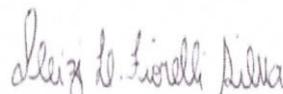
CERTIFICADO

Certificamos, para os devidos fins, que **Nico Augusto Có** apresentou o trabalho intitulado **Religiões de matriz africana no Ceará: contribuições sociológicas à educação** desenvolvido em coautoria com **Nico Augusto Có, Ivan Costa Lima** no grupo de trabalho **GT11 - Relações afroindígenas e o ensino de ciências sociais no Brasil** do VI Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica, realizado de 6 a 8 de julho de 2019, na Universidade Federal de Santa Catarina, no Campus da Trindade Florianópolis, SC.

Florianópolis, 8 de julho de 2019.



Amurabi Oliveira
Coordenação da Comissão Organizadora



Ilzei Luciana Fiorelli Silva
Coordenação da Comissão Organizadora